

NOTAS ECONÓMICAS

NÚMERO 1 / ABRIL '93 / PREÇO 1.500\$00 / ISSN 0872-4733

J. J. TEIXEIRA RIBEIRO A TRIBUTAÇÃO DOS VALORES MOBILIÁRIOS

MICHEL AGLIETTA FINANCIAL GLOBALIZATION

ALFREDO MARQUES INCENTIVOS REGIONAIS E COESÃO

A. J. MARQUES MENDES THE FUTURE ENLARGEMENT(S) OF THE EEC

JOÃO SOUSA ANDRADE A ECONOMIA PORTUGUESA E A UEM

PEDRO LOPES FERREIRA AN USE OF THE MULTIATTRIBUTE UTILITY THEORY

REVISTA DA FACULDADE DE ECONOMIA DA UNIVERSIDADE DE COIMBRA



information and decision analysis. I believe this position is incorrect. The new technological and methodological developments may not be sufficient to overcome certain difficulties. Nevertheless when correctly used they are unquestionably useful. With the means presently available it is possible to construct very flexible decision support systems which enable, in many cases, to incorporate the experience and intuition of the decision makers, regarding the options to be evaluated, even when facing ill-structured problems. My experience led me to conclude that the present development in information and communication technologies, as well as multidisciplinary methodological developments could significantly improve the present contribution of effective decision support systems to decision makers when dealing with planning and management problems. The above mentioned decision support systems are computer based systems, generally interactive with the objective of supporting and improving the decision process especially in complex problems. These systems integrate modern computer science techniques, including sophisticated Human/computer interfaces, operational research methods, statistical methods and, more recently, artificial intelligence techniques.

I believe that the adequate use of this type of tools, having in mind a way of filtering rather than enlarging the usually excessive information available to the decision makers, clarifies some of the problems under study in modern organisations. It should also be noted that the need for effective decision support systems has made many researchers in the area to understand that, in many cases, humans do not take decisions according to the classical axioms of decision analysis. This justifies the necessity of methodological innovation in this area. For example the combination of operations research and artificial intelligence methods as well as the development of interactive visual simulation systems have shown to be extremely useful.

It is therefore essential that decision support systems be user oriented tools devoted to support decision makers and not to replace them. They should enable to take into account the main limitations of the human beings in terms of attention, memory and speed of calculation and potentiate the creativity as well as the capacity of dealing with complex and integrated information. In these conditions I believe the role of this type of tools in the organisations may overtake the destiny which Pfeffer seems to allot to them. Indeed this is already happening today in some cases and situations.

João Clímaco

Jean-Pierre Dupuy (1992)

Le Sacrifice et l'Envie — Le Libéralisme aux prises avec la Justice Sociale, Paris, Calman-Lévy, 371 p.

Jean Pierre Dupuy, Professor de filosofia social e política na Escola Politécnica de Paris, onde dirige o Centro de Epistemologia Aplicada, e Professor na Universidade Stanford, na Califórnia, representa na comunidade científica um momento forte de diálogo entre a cultura social francesa e latina e a que é de origem anglo-saxónica, de que a obra em apreço é uma fecunda expressão.

Se fosse possível resumir os objectivos desta obra, diríamos que ela pretende ser uma leitura crítica dos mais consagrados textos que o liberalismo tem produzido, para, analiticamente, desfazer-lhes os equívocos e os paradoxos em que se enredam, na fundamentação das teorias liberais, esclarecer os fundamentos teóricos da ordem social moderna, particularmente da Economia Política, como teoria de ordenação social hoje dominante, elucidando-nos sobre o lugar que o conceito de Justiça Social ocupa nas diferentes correntes do pensamento liberal.

Duas preocupações estão na origem das investigações de Dupuy: por um lado, pensar o "mercado" nas suas dimensões políticas e morais, por outro, admitida a hipótese de que nas sociedades não-modernas a gestão da violência se operava pela sua expulsão sob a forma de "sagrado", perceber e explicar o que se passa com as sociedades modernas em dessacralização. Parece ser irrecusável a concomitância moderna da retirada do religioso e sacrificial com a invasão da racionalidade mercantil. Finalmente, a grande preocupação de Dupuy permanece a mesma de uma obra sua anterior (em colaboração com Paul Dumouchel), *L'enfer des choses*: compreender como a lógica da economia e da mercadoria invadiu progressivamente todos os domínios da vida, privada e pública, social e política.

As preocupações de Dupuy levam-no a organizar a sua leitura ao redor das duas expressões que constituem o título principal da obra — o sacrifício e a inveja — que funcionam como o mote sintetizador das situações paradoxais que embaraçam os fundamentos dos projectos liberais. Sacrifício e inveja, porquê? Porque designam rejeições. A boa sociedade liberal exclui o sacrifício do indivíduo ao conjunto; rejeição que corresponde à rejeição da organização religiosa, intolerante e sacrificial, da sociedade, num mundo em processo de dessacralização. A rejeição da inveja refere-se à ideia acusatória de que a justiça social não seria mais que um ideal de invejosos, é a rejeição da

possibilidade de a inveja constituir um problema para a boa sociedade liberal. Rejeição que pode entrar na própria definição da justiça social, como ausência de inveja.

Dupuy julga que os mestres liberais que analisa não aceitariam a sua perspectiva destas rejeições, que ele entende constituírem momentos importantes das teorias liberais, onde as descobre a três níveis: a nível superficial, pelo cômputo estatístico da sua ocorrência nos textos; num segundo nível — de denegação — por reacção à relevância que se lhes atribui, e pela realidade implícita na mesma concepção corrente da economia, como ciência da opção racional, num mundo de recursos raros. Optar é renunciar, é sacrificar. Num terceiro nível, já estrutural, as rejeições dizem respeito a uma das principais teses da obra, a de que “a saída da organização religiosa do mundo instaura uma era de concorrência potencialmente ilimitada entre os homens, da qual resulta a sua organização mercantil. A justiça distributiva tradicional define-se como “atribuir a cada um o que lhe é devido”, programa das sociedades holistas, organizadas ao redor de uma hierarquia de fins comuns a todos. Quando cada um é livre de procurar alcançar os seus próprios fins, que resulta daí? Que sentido atribuir à luta travada entre os homens na busca individual dos seus próprios fins? A tendência é para recorrer à formulação de um princípio de “exterioridade”, que implica o primado da totalidade sobre os indivíduos, isto é, o sacrifício. A tensão entre o sacrifício e a inveja atravessa as teorias liberais e condu-las a deformações na sua estrutura conceptual.

A Dupuy impõe-se-lhe denunciar essas distorções, servindo-se da filosofia analítica como instrumento metodológico, pela operacionalidade do seu rigor lógico e argumentativo, e pelas afinidades que tem com o processo de teorização económica. Não pretende apresentar-se senão como mero leitor crítico e detector de distorções lógicas, encaradas como sintomas de algo que não explicita. Realmente, Dupuy desconstruindo os fundamentos teóricos das correntes liberais, põe de manifesto os paradoxos que as fragilizam e resolve-os através de uma concepção sistémica, satisfatória, em termos de mera lógica. A tarefa é árdua. Julgamo-la fecunda, particularmente por constituir um processo de desmitificação dos grandes textos com que se pensa e justifica o poder dominante deste tempo, por incentivar o aprofundamento de equações como indivíduo/sociedade e justiça/mercado e outras mais que, pela complexidade da relação de concepções que se pretendem rigorosas com práticas instáveis e de interpretação variável, não são de fácil resolução, se é que a têm. Uma das ambições de Dupuy

é a de examinar como a “economia política” defende o Mercado — enquanto princípio da extensão da lógica mercante a todos os domínios da vida social e à escala do planeta — das acusações de dissolvente dos laços sociais (por parte dos conservadores) e de produtor de desigualdades perenes e intoleráveis (por parte dos progressistas), calamidades desencadeadas pelos interesses egoístas do individualismo liberal.

Dupuy começa por tratar das magnas questões fundamentais do indivíduo e da relação indivíduo/sociedade. A originalidade da crítica liberal situa-se no cruzamento entre concepções conservadoras e concepções revolucionárias acerca da constituição das sociedades. Para os conservadores a ordem social tem fundamento exógeno. O poder institui a sociedade e o poder preexiste à sociedade. Para os revolucionários a ordem social é produto dos homens. O seu fundamento é endógeno. Rousseau vangloriava-se de haver estabelecido todos os governos com o seu *Contrato Social*. Para os liberais era inaceitável quer o carácter demiúrgico da sociedade dos revolucionários, quer a exterioridade soberana de poder transcendente dos conservadores. Dupuy aproxima Benjamin Constant de Hayek. A ordem colectiva provém de um poder e de uma lei, que não provém do exterior, que são produto interno, que não são causa da ordem social, mas expressão dela. Para os liberais a ordem social só tem referência a si mesma, não em sentido holista, como totalidade prioritária, com fundamento independente e anterior às acções humanas, mas como “resultado da acção dos homens, sem que seja resultado dos seus desígnios”, numa expressão de Hayek.

A fonte da ordem social estará, assim, no interior da sociedade, mas é exterior aos indivíduos. Na concepção liberal há uma distância entre indivíduos e sociedade, como se a sociedade ganhasse autonomia própria em relação aos indivíduos, que são todavia quem a compõe e a alimenta com as suas acções. Dupuy designa por “auto-exteriorização” ou “auto-transcendência” um tal processo. Os indivíduos como que tomam por referências exteriores formas de ordenação e regulação por eles mesmos criadas. Uma tal produção endógena de exterioridade já está presente nos teóricos do Contrato Social. Em Hobbes é o Leviatã, em Rousseau é a Vontade Geral. Neles, porém, tal produção é paradoxal, por pretender casar irreconciliavelmente o individualismo moderno com uma ordem que provém de uma consciência e de uma vontade segundo um esquema do passado. Benjamin Constant rompe com o paradoxo, constatando que “o indivíduo não se apercebe quase nunca da influência que exerce”.





É neste espaço de aparente falta de influência que se opera a autonomização da ordem colectiva. Nas sociedades antigas os homens eram sensíveis aos efeitos da sua vontade. A parte assumida por cada indivíduo não era uma abstracção, os sacrifícios que se impunham eram considerados eficazes. A sociedade liberal pretende a satisfação dos gozos privados, e do poder político, só pede que não intervenha na esfera privada.

O equívoco dos revolucionários de 1789, que procurando as liberdades individuais geraram o Terror, estava precisamente na transposição para o mundo moderno de uma forma de ordenação social que correspondia a um ideal antigo. Como é possível, então, entender a ordem social partindo do indivíduo? Duas tradições se confrontam. Uma que de Hobbes se dirige para o "contrato social", a que subjaz a concepção do indivíduo consciente, dotado de razão, com vontade soberana, capaz de se dar uma lei e de a respeitar. Outra, onde Dupuy vê a boa tradição liberal, que de Ferguson desagua em Hayek, corresponde à ordenação da "economia política", cuja concepção do indivíduo não atribui a este as características de consciência, razão e vontade na construção do social. O indivíduo do "contrato social" é perfeitamente identificado e especificado. O indivíduo da "economia política" é radicalmente incompleto, a sua identificação forja-se através dos outros, através do todo que resulta da composição dos elementos. Só os modelos sistémicos e da complexidade (Paul Weiss/John Von Neumann) servem como seu processo explicativo.

Qual será a natureza da carência radical do indivíduo da "economia política"? A resposta única é: a sua natureza narcísica. O narcisismo do indivíduo exprime-se nos dois panoramas antagónicos das sociedades contemporâneas: por um lado, o fim das esperanças revolucionárias, dos grandes ideais, dos sistemas produtores de sentido, da utilidade do sacrifício de si mesmo por grandes causas, quebra do investimento pessoal nas causas públicas, quebra dos valores, das finalidades, das convenções sociais, dos imperativos morais e, por outro lado, inflação da esfera privada, refluxo sobre si próprio, obsessão de si, obsessão pelo próprio corpo, pelo prazer. Segundo alguns, trata-se de descompromissos emocionais e políticos, segundo outros, trata-se de indiferença generalizada, na sequência da concorrência de todos contra todos, porque o desejo obsessivo do outro foi substituído pela ausência de desejo (por aí passam as análises de Christofer Lasch, Richard Sennet, Jerry Rubin e Gilles Lipovetsky).

Uma tal sintomatologia previra-a Tocqueville, ao

perceber a natureza do individualismo democrático. A democracia baseia-se na "igualdade de condições" do indivíduo, que não é nem igualdade real, nem jurídica, mas sentimento do indivíduo ser semelhante aos outros, independentemente das diferenças e desigualdades reais. A democracia coloca os indivíduos uns ao lado dos outros, separados, independentes, com efeitos dissolventes na sua relação à esfera pública, acompanhados e agravados pela febre concorrencial entre si. A aparente indiferença dos indivíduos esconde, paradoxalmente, uma profunda obsessão pelos outros. A "igualdade de condições" é o caminho da concorrência e da rivalidade. Daí podem derivar dois tipos de comportamento: ou aceitar o jogo da rivalidade, ou fugir-lhe, destruindo o objecto do desejo rival (lógica da inveja) por excesso de espírito concorrencial. Para Tocqueville, são duas faces do mesmo indivíduo radicalmente separado dos outros e radicalmente aspirado pelos outros, obsessivo de concorrência. Em Rousseau a tensão entre os dois tipos é intensa e exprime-se na relação da auto-suficiência do "amor de si", como absoluto, exclusivo, *versus* "amor próprio", que implica relação com outrem, comparação, preferência. Hegel reduz a tensão às duas figuras extremas do senhor e do escravo. Em Hobbes, a tensão situa-se na dualidade de origem das guerras de todos contra todos, que é económica, na luta pela conservação e pela obtenção de bens raros, ou que é moral, na luta pelo prestígio e pelo reconhecimento. Esta dualidade revela-se no indivíduo que faz "guerra" (paixão pelo outro) e que faz "contrato" (incitado pelo seu próprio interesse).

A dualidade na concepção do indivíduo configura dualidade na concepção da igualdade: de um lado, incomensurabilidade dos seres que valem pela sua singularidade, do outro, confrontação meritocrática — na igualdade de condições — que supõe uma medida comum, em que a comparação com outrem é suporte da aspiração igualitária. O indivíduo da "economia política" obedece a uma visão monista, é o indivíduo concorrencial, animado de paixão pelo outro. Nesta perspectiva o indivíduo narcísico e auto-suficiente da pós-modernidade não passa de uma ilusão produzida pelo jogo concorrencial. A "incompletude" radical deste indivíduo é de ordem mimética, porque vê o mundo através dos olhos do seu vizinho, o que em Smith se exprime pelo *self-love*, que rompe a dialéctica rousseauiana, tal como a concepção anglo-saxónica da sociedade — sistema auto-organizado — rompe com o "racionalismo construtivista", de que Hayek acusa o liberalismo continental.

A teoria walrasiana do equilíbrio geral aparecerá, então,

como a forma degenerada da “economia política”, fabricando um *homo œconomicus* em situação de concorrência perfeita, sem qualquer relação com os seus semelhantes, apenas pela mediação abstracta do sistema de preços. Com um tal indivíduo, como compreender o social? A ordem colectiva resulta de um processo sem sujeito. Os indivíduos, independentes, sem se submeterem a uma lei comum limitativa dos “eu” individuais, procurando o seu interesse egoísta, coordenam-se automaticamente, movidos por “mão invisível”. O liberal Hayek e o estrutural-marxista Althusser podem encontrar-se aí em consonância. Só que, numa tal ordem há um sujeito, o sistema, como sujeito colectivo. Alain Renaut retoma a matriz monadológica de Leibniz: os indivíduos, como mónadas, constituem perspectivas particulares de uma totalidade, a mónada das mónadas, que como totalidade escaparia ao perspectivismo. Aparentemente a lógica holista permanece, como o julga Louis Dumont. Mas Alain Renaut vê na monadologia uma antecipação da concepção de ordem da “economia política”, na medida em que as mónadas são perspectivas particulares, completamente diversificadas e sem comunicação. Ordem e desordem, na monadologia como na teodiceia, são cúmplices. Louis Dumont esclarece que em teodiceia o bem contém o mal, sendo embora o seu contrário.

Dupuy estabelece o paralelismo: a ordem contém a desordem. Mas, rompendo com a perspectiva holista, alarga o sentido do verbo “conter”, porque a ordem engloba a desordem e opõe-lhe barreiras. O finito individual, na perspectiva da totalidade é sacrifício necessário. Os modelos propostos por Smith e Hayek, pretendendo escapar à lógica monadológica, à teodiceia, à recusa de qualquer sacrifício no altar da totalidade, mas recusando o caos (pós-moderno), em nome da Razão, não escapam à lógica do “ponto fixo exógeno” do tipo providencial, exterioridade salvadora, a “mão invisível” de Smith, a “evolução cultural” de Hayek, que supõe uma espécie de saber absoluto. Dupuy defende que era evitável o recurso à exterioridade. O modelo de mercado segundo Keynes, numa leitura psicanalítica da “multidão”, permite-lhe conceber um “ponto fixo endógeno”, por processo de auto-exteriorização do social, pelo comportamento mimético dos indivíduos, que lhes permite satisfazer a sua “incompletude” radical. Nesta leitura, as mónadas não serão “sem janelas”, como as leibnizianas, mas abertas, mesmo que só imaginariamente, criando laços horizontais de intersubjectividade, ou melhor, de “interindividualidade”. Os pensadores da “economia política” sacralizam o ponto fixo endógeno, dando-lhe desnecessariamente estatuto de exterioridade. Porquê?

Por medo, diz Dupuy, ante a perspectiva caótica do universo concorrencial, que os conduz à aceitação do sacrifício do indivíduo ao social.

Da articulação do binómio indivíduo/sociedade, passa Dupuy a analisar o problema da justiça social. Defende para os liberais a primazia na construção de uma teoria da justiça social. Os socialistas, sob o preconceito de que o mercado livre, pelo jogo dos interesses egoístas, seria o lugar da imposição do mais forte, e por vocação de defesa das vítimas, apenas produziu uma teoria da alienação e da exploração, obedecendo a uma lógica de determinismo histórico, que lhe retira valor normativo. A sociedade sem classes seria uma sociedade de abundância, sem lugar para a virtude da justiça, nem para a da coragem, uma sociedade sem conflitos. Hayek pensava que a ideia de justiça social era invenção do “racionalismo construtivista”, do socialismo. Para um liberal, tal expressão era desprovida de todo o sentido. Por oposição, Hayek e Marx eram próximos. No liberalismo anglo-saxónico há lugar para a justiça social, como uma ordem que emerge espontaneamente da realização de certas condições e da satisfação de certos constrangimentos. Uma ordem cujas características complexas cria perplexidades nos vários autores liberais, que os conduz, diz-nos Dupuy, a distorcer os seus sistemas teóricos de base. As análises de Dupuy atravessam, quer os teóricos normativos da economia científica, quer a teoria da justiça de John Rawls, a filosofia utilitarista e o libertarismo crítico de Robert Nozick, trazendo à colação múltiplas e ricas reflexões das várias tradições filosóficas ocidentais. O fio condutor e unificador das análises será, naturalmente, a tradição filosófica subjacente à “economia política”, o utilitarismo, tomando-o como “uma teoria económica da moral”. Até a economia, enquanto ciência, nela se enquadra, já que sempre se comportou com dimensão normativa e porque os seus domínios actuais são mais vastos do que os estritamente considerados económicos, abarcando as questões da justiça e da equidade.

A utilização da filosofia analítica é meramente metodológica. Mas não é sem problema a relação da “economia política” com a economia científica. Esta representa uma verdadeira ruptura na tradição, já que o equilíbrio geral, baseado na concorrência perfeita, elimina qualquer relação, elimina a *especularidade* (a visão do mundo através dos outros) e a comparação, não dando espaço para a justiça na ordem social que é baseada na comparação (no sentido do “amor próprio” rousseauiano). Uma tal ruptura foi reforçada pelo teorema da impossibilidade de Kenneth Arrow e pela Teoria da Escolha Social, cujas consequências na





adaptação a uma teoria formal da democracia são perturbantes, pois não permitem fundamentar a construção de uma vontade geral, nem de uma Constituição, já que sem cercear a autonomia individual não é possível estabelecer mensurabilidade e comparação entre os indivíduos.

Analisando a teoria da justiça de John Rawls e o seu confronto com o utilitarismo, Dupuy acaba por achar nela o mesmo que no utilitarismo, o recurso a um ponto fixo exógeno, num processo que se pretendia purificado de metafísica e de rejeição de qualquer princípio sacrificial.

Estas notas, que seguem muito de perto o primeiro capítulo da obra de Dupuy, *L'individu Libéral, cet inconnu*, onde o autor esboça o horizonte dos pontos fortes das suas teses e respectivos argumentos, pretendem chamar a atenção para um tipo de reflexão indispensável hoje, quanto mais não seja para perturbar a nossa mimética racionalidade técnico-instrumental.

Confessamos que a argumentação de Dupuy não foi suficiente para que achássemos resolvidos os grandes paradoxos que enredam as várias correntes liberais, que nos parecem mais apórias que paradoxos. A tentação metafísica enreda qualquer filosofia, e parece-nos que as tentativas de pensar o "indivíduo", a "sociedade", a "justiça" e a "ordem social" surgem aqui num esforço discursivo a roçar o metafísico. Pergunto-me se será possível discursar sobre o "indivíduo" senão em termos de descritivismo histórico-empírico. A concepção do "indivíduo" está em jogo no jogo que, aqui e agora, nós próprios jogamos e em que estamos a ser jogados. Faz parte de um presente problemático, em que há uma herança mais ou menos alterada e um horizonte de expectativas, cujos espaços de realização autónoma, de independência, são demasiado instáveis e fluidos.

Entendemos que a contraposição do recurso a um "ponto fixo exógeno" ao recurso a um "ponto fixo endógeno", como fundamentação de teorias de ordenação social, representa, de facto, a questão-chave para a compreensão da modernidade. Só não se entende como achando-se, empiricamente, que todas as teorias acabam por criar um ponto fixo exógeno, se evita, liminarmente, a hipótese da inevitabilidade de um tal recurso. A necessidade de uma auto-exteriorização dá que pensar.

Temos alguma dificuldade em não ver uma lógica determinista na explicação sistémica com que se pretende conjugar a autonomia do indivíduo com a autonomia da sociedade. Como não resultará na redução de ambas as autonomias? As teses da compreensão do Mercado como Multidão e como

"contendo" (englobando e retendo) o Pânico são originais, sugestivas e aliciam para uma reflexão mais apoiada, já que se a fundamentação psicanalítica entusiasma, não elimina as nossas perplexidades.

José Veiga Torres